



INVESTIMENTO EM TÍTULOS PÚBLICOS E AÇÕES: Uma análise comparativa de Risco e Retorno com ênfase no Tesouro SELIC e Ibovespa entre 2014 e 2016

Igor Henrique de Oliveira
admigorholiveira@gmail.com
UNIS-MG

Arthur Coelho Porchat de Assis
arthur.assis@unis.edu.br
UNIS-MG

Sheldon William Silva
sheldon@unis.edu.br
UNIS-MG

Pedro dos Santos Portugal Júnior
pedrorotaract@hotmail.com
UNIS-MG

Lúcio Garcia Caldeira
lucio.caldeira@unis.edu.br
UNIS-MG

Resumo:Esta pesquisa tratou da análise de risco e retorno de investimento em títulos públicos e ações. Tal abordagem se justifica uma vez que a cada dia as pessoas procuram novas formas de investimento financeiro que possibilitem maiores ganhos com o menor risco possível. A pesquisa teve por objetivo verificar os riscos e sua ligação com o retorno e a liquidez em investimentos, com ênfase no Tesouro Selic e Ibovespa entre os anos de 2014 e 2016. Este propósito foi alcançado através de pesquisa bibliográfica e revisão documental, findando à uma análise quantitativa. A pesquisa demonstrou que o título público estudado apresentou menor risco de mercado, maior rentabilidade e a mesma liquidez do que as ações, que no estudo foram representadas pelo Ibovespa. Deste modo, pode-se observar se as hipóteses que envolvem o artigo foram negadas ou confirmadas. Estas hipóteses se baseiam em, acreditar que os investimentos em ações oferecem maior risco que os investimentos no Tesouro Selic, acreditar que os investimentos em ações geram maior retorno que os investimentos no Tesouro Selic e acreditar que os investimentos em ações oferecem maior liquidez que os investimentos no Tesouro Selic.

Palavras Chave: Mercado financeiro - Investimentos - Tesouro SELIC - Ibovespa -



1. INTRODUÇÃO

Apesar da baixa rentabilidade, a maior parte dos brasileiros ainda preferem investir na poupança a outros tipos de aplicações financeiras. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), cerca de 70% dos brasileiros ainda preferem “guardar” o dinheiro na caderneta de poupança, e o principal motivo para tanto, é o medo da perda (Exame, 2016). O fato é que, de acordo com outra pesquisa, realizada pelo Instituto Rosenfield, encomendada pela BM&FBovespa, que ouviu cerca de 2000 pessoas de 100 municípios, cerca de 44% dos entrevistados não investem em ações por não ter conhecimento suficiente, e outros 12% acreditam que investir em ações somente é possível para quem possui alto poder aquisitivo.

Acredita-se que isso se deve ao fato da quantidade de órgãos e entidades envolvidas com o mercado de capitais, como órgãos governamentais, instituições financeiras, corretoras de títulos, empresas, entre outros, ou também pela complexidade das operações e pela necessidade de acompanhamento do mercado. De acordo com a pesquisa, a falta informação é um dos principais motivos que faz com que apenas 1% da população brasileira invista na bolsa de valores, mesmo este não sendo a única opção de investimento em ativos financeiros (UOL ECONOMIA, 2012).

Tendo como base esse cenário esta pesquisa trata da verificação de risco e retorno de investimento em títulos públicos e ações e na confirmação ou negação de três hipóteses que regem o trabalho. Estas hipóteses se baseiam em, acreditar que os investimentos em ações oferecem maior risco que os investimentos no Tesouro Selic, acreditar que os investimentos em ações geram maior retorno que os investimentos no Tesouro Selic e acreditar que os investimentos em ações oferecem maior liquidez que os investimentos no Tesouro Selic.

Tal abordagem se justifica uma vez que a cada dia as pessoas procuram novas formas de investimento financeiro que possibilitem maiores ganhos com o menor risco possível.

A pesquisa tem por objetivo demonstrar os riscos e sua ligação com o retorno e a liquidez em investimentos, com ênfase no Tesouro Selic e Ibovespa entre os anos de 2014 e 2016. Este propósito será alcançado através de pesquisa bibliográfica e revisão documental, findando com uma análise quantitativa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

De acordo com a definição do Banco Central, Sistema Financeiro Nacional é o “conjunto de instituições financeiras e instrumentos financeiros que visam transferir recursos dos agentes econômicos superavitários para os deficitários” (BANCO CENTRAL, 2017). Seu principal órgão normativo é o Conselho Monetário Nacional que tem por finalidade principal “a formulação de toda a política de moeda e do crédito, objetivando atender aos interesses econômicos e sociais do país” (BANCO CENTRAL, 2017).

A composição do Sistema Financeiro Nacional está representada na figura 1 a seguir.

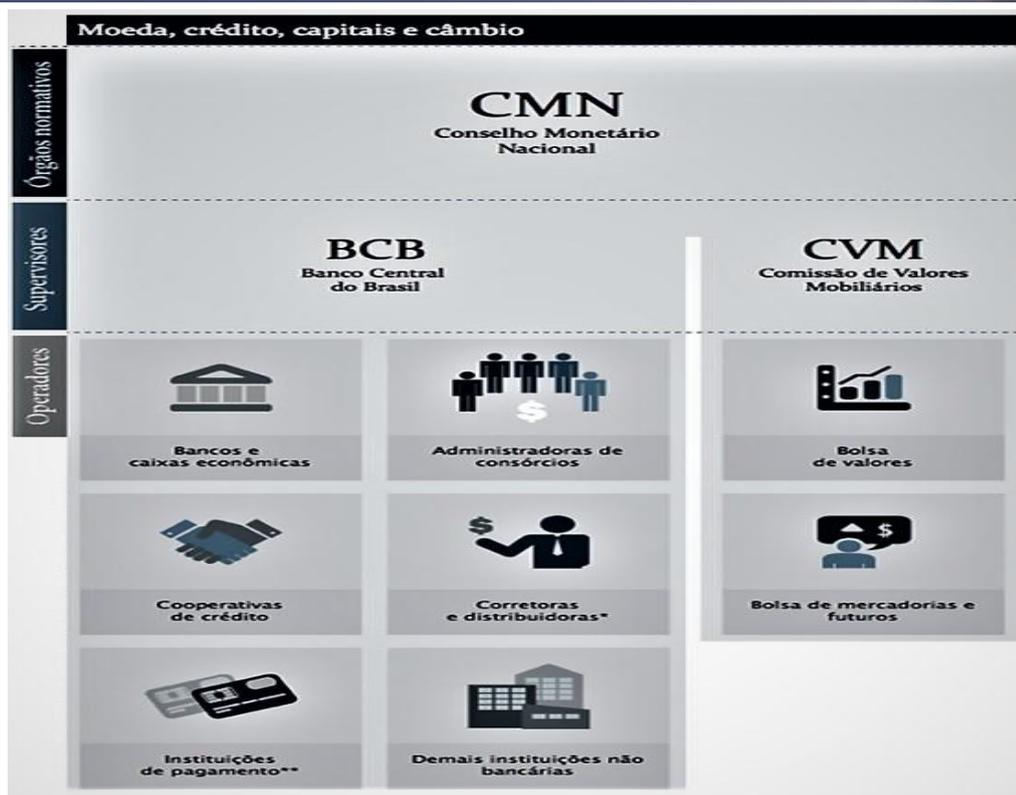


Figura 1: Estrutura do Sistema Financeiro Nacional.

Fonte: Banco Central (2017).

Como o trabalho dará ênfase ao mercado de títulos e valores mobiliários a seguir serão detalhados os componentes do Sistema Financeiro Nacional mais relevantes na negociação desses títulos.

2.1.1 COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM)

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é uma autarquia, vinculada ao Ministério da Fazenda (ASSAF NETO, 2010, p.39). Por se tratar de uma autarquia a CVM é uma entidade com personalidade jurídica, patrimônio próprios e gestão administrativa e financeira independentes. Tem por finalidade a fiscalização e a regulamentação do Mercado de Valores Mobiliários (MVM), como ferramenta de arrecadação de recursos para as empresas, buscando proteger e defender o interesse dos investidores (ASSAF NETO, 2010).

São atribuições da CVM, entre outras, promover medidas incentivadoras à canalização de poupança ao mercado acionário, estimular o funcionamento da Bolsa de Valores e das instituições operadoras, garantir a realização das operações de compra e venda de valores mobiliários, bem como editar e aplicar normas gerais sobre tais atribuições. (ASSAF NETO, 2010)

2.1.2 BOLSA DE VALORES

As bolsas de valores são instituições de caráter econômico onde os investidores podem comprar ou vender títulos emitidos por empresas, seja de capital público, misto ou privado. As bolsas são abertas a todo tipo de indivíduo, e os títulos podem ser negociados por pessoas físicas ou jurídicas, por intermédio das corretoras. Apesar das bolsas serem autorregulamentadoras, elas estão sujeitas ao controle e regulamentação da CVM, no Brasil e da SEC, nos EUA (PINHEIRO, 2009).



A principal função das bolsas de valores é proporcionar aos investidores, um ambiente transparente e de credibilidade para as negociações de ativos financeiros, tendo como objetivos, segundo Pinheiro (2009), facilitar a troca de fundos entre entidades e investidores, proporcionar liquidez aos investidores, para que este recupere seu investimento quando precise, utilizando a bolsa como canal de negociação, fixar os preços dos títulos através da lei da oferta e da demanda, manter informados os investidores sobre as empresas que negociam na bolsa, publicar os preços e as quantidades negociadas, mantendo assim informados os investidores e as entidades interessadas.

De acordo com uma resolução do Banco Central (Resolução CMN 2.690, de 2000),

As bolsas de valores são sociedades anônimas ou associações civis, com o objetivo de manter local ou sistema adequado ao encontro de seus membros e à realização entre eles de transações de compra e venda de títulos e valores mobiliários, em mercado livre e aberto, especialmente organizado e fiscalizado por seus membros e pela Comissão de Valores Mobiliários. Possuem autonomia financeira, patrimonial e administrativa. (BANCO CENTRAL, 2017).

Até pouco tempo no Brasil, a bolsa de valores era a BM&FBovespa, que é o resultado da junção entre a Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) e a Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA HOLDING), porém, em uma união histórica celebrada em março de 2017, a BM&FBovespa se tornou a B3-Brasil, Bolsa, Balcão. A expectativa é que a B3 se torne a 5ª maior bolsa do mundo (EXAME, 2017).

A B3 foi criada em março de 2017 a partir da combinação de atividades da BM&FBOVESPA, com a CETIP, empresa prestadora de serviços financeiros no mercado de balcão organizado. Essa combinação consolidou a atuação da Companhia como provedora de infraestrutura para o mercado financeiro, contribuindo para a ampliação do portfólio de serviços e produtos oferecidos aos seus clientes e a criação de eficiências para a Companhia e para o mercado (RI-BM&FBovespa, 2017).

2.1.3 SOCIEDADES CORRETORAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

As corretoras de títulos e valores mobiliários (CTVM) e as distribuidoras de títulos e valores mobiliários (DTV), são instituições financeiras, constituídas sob a forma de sociedade anônima ou sociedade limitada, autorizadas pelo BACEN e pela CVM a intermediar as negociações no mercado financeiro, cambial e de capitais. Os serviços disponibilizados pelas corretoras aos investidores são “plataformas de investimentos pela internet (home broker), consultorias financeiras, clubes de investimentos, financiamento para compra de ações (conta margem) e administração e custódia de títulos e valores mobiliários dos clientes” (BCB, 2017).

Ainda segundo o Banco Central (2017), as principais atividades exercidas pelas CTVM e DTV são:

- comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros;
- operar em bolsas de mercadorias e de futuros por conta própria e de terceiros;
- intermediar a oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado;
- operar em bolsas de valores;
- administrar carteiras e custodiar títulos e valores mobiliários;
- subscrever emissões de títulos e valores mobiliários no mercado;
- exercer funções de agente fiduciário;



- instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento;
- intermediar operações de compra e venda de moeda estrangeira, além de outras operações no mercado de câmbio;
- praticar operações de compra e venda de metais preciosos, no mercado físico, por conta própria e de terceiros;
- realizar operações compromissadas;
- praticar operações de conta margem.
- prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica, em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais.

Como toda instituição financeira, as corretoras e as distribuidoras podem cobrar comissões e taxas como forma de remuneração pelos seus serviços.

A seguir serão detalhados os ativos financeiros com ênfase para os que são objeto desse estudo.

2.2. ATIVOS FINANCEIROS

É considerado ativo financeiro, todo bem e direito de crédito possuído por uma pessoa, seja física ou jurídica, e que tem por base da sua avaliação, seus respectivos custos. “Para fundos de investimento, representa todos os títulos (títulos públicos, títulos privados, ações, debêntures, commodities, cotas de fundo de investimento, etc.) que compõe a carteira do fundo”. São características principais dos ativos financeiros a sua liquidez, rentabilidade e risco. (PORTAL DO INVESTIDOR, 2017)

A liquidez “é a facilidade, entendida tanto em termos de rapidez como de certeza na recuperação do valor nominal investido, com que o investidor possa obter recursos investidos no ativo. Capacidade de conversibilidade em outros ativos ou bens.” (PINHEIRO, 2009, pág.102)

Ainda segundo Pinheiro (2009, pág.102), a rentabilidade do ativo, “é a capacidade de o ativo produzir juros ou outros rendimentos para o adquirente como pagamento da sua cessão de fundos e sua assunção de riscos ao longo de um período de tempo determinado”. Em suma, é a capacidade do ativo gerar lucro aos seus possuidores.

O risco é uma característica que estará sempre presente no ativo, ou no investimento, ou seja, todo ativo possui um nível de risco, seja alto ou baixo. Existem três principais tipos de risco, o de crédito, de mercado, e de liquidez. O risco de crédito refere-se à incerteza de recebimento do ativo, ou sejam refere-se ao risco de “calote”. O risco de mercado, também conhecido por risco sistêmico, refere-se à possibilidade de perdas advindas de influências internas ou externas que geram grandes variações na taxa de juros, de câmbio, dos preços das ações, entre outros. E o risco de liquidez, como o próprio nome remete, é o risco do ativo ser convertido em moeda corrente sem que esse ativo perca seu valor (Ativa Investimentos, 2017)

Como citado acima, os títulos públicos, títulos privados, ações e debêntures também são considerados tipos de ativos financeiros, e estes ativos em especial, possuem a sua rentabilidade calculada de duas formas, os títulos de renda fixa, e os de renda variável. Os títulos de renda fixa são subdivididos também de duas formas, os títulos de renda pré-fixada, e os títulos de renda pós-fixada. Os títulos de renda pré-fixada têm a sua rentabilidade acordada no momento da aplicação, permitindo que o investidor consiga calcular quanto receberá, no vencimento, por aquela aplicação. Nos títulos de renda fixa pós-fixada o investidor só saberá quanto irá resgatar na aplicação, no vencimento do título, isso se deve porque estes títulos têm sua renda determinada pela variação de certo índice mais uma taxa de juros determinada no momento da aplicação. Os principais tipos de títulos de renda fixa conhecidos no mercado, são os títulos públicos, negociados na forma do Tesouro Direto (Investidor de sucesso, 2017).



2.2.1. TÍTULOS PÚBLICOS

Existem hoje no mercado, de acordo com o site da BM&FBovespa (2017), cinco tipos de títulos públicos, que serão melhor explicados abaixo:

- Tesouro Pré-fixado (LTN): Este investimento, como o próprio nome sugere, tem a sua rentabilidade definida no momento da aquisição do título, e ao fim do período de maturação da rentabilidade do título, o investidor receberá o valor inicialmente investido, acrescido desta rentabilidade (juros) outrora já acordada. Na hipótese de o investidor desejar resgatar o título antes do período de maturação, a rentabilidade paga será acordada no momento do resgate, ou seja, prevalecerá o valor de mercado, e não a taxa inicialmente acordada.
- Tesouro Pré-fixado com juros semestrais (NTN-F): Assim como nos títulos pré-fixados, este tipo de investimento também tem a sua rentabilidade definida no momento da aquisição do título, porém, a forma de pagamento dos juros é semestral, e o valor inicialmente investido, somente no vencimento do título.
- Tesouro Selic (LFT): Estes títulos têm a sua rentabilidade diretamente associada à taxa Selic, ou seja, ao vencimento do título, o investidor receberá o valor principal (valor investido) acrescido do juro definido pela taxa Selic acumulada no período.
- Tesouro IPCA com Juros Semestrais (NTN-B): Os títulos do Tesouro IPCA + juros semestrais, têm a sua rentabilidade calculada de acordo com a variação do IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo) mais taxa de juro estabelecida no momento do investimento, ou seja, os juros serão pagos semestralmente e ao vencimento do título, o investidor receberá o valor principal atualizado pelo índice, mais juros do último pagamento semestral, de acordo com a taxa pré-fixada.
- Tesouro IPCA (NTN-B Principal): Assim como na opção anterior, este título tem a sua rentabilidade vinculada ao índice de inflação (IPCA), acrescida de taxa de juros pré-estabelecida, porém, esse juro não é pago de forma semestral, mas somente ao vencimento do título.

Além dos títulos públicos, existem também os títulos privados de renda fixa, que são os CDB's e as debêntures. Os Certificados de Depósito Bancário (CDB's) podem ser de renda pré-fixada ou pós-fixada, "É um título transferível e negociável que se destina às aplicações de pessoas físicas e jurídicas com conta corrente no banco. Pode ser emitido por bancos comerciais, múltiplos, de desenvolvimento e de investimento.". Já as debêntures "são valores mobiliários representativos de dívida de médio e longo prazos. A captação no mercado de capitais pode ser feita por sociedades anônimas de capital fechado ou aberto" (Banco do Brasil, 2017).

Os títulos de renda fixa têm recolhimento compulsório de Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), calculado sob um sistema de alíquota decrescente. Abaixo, a tabela que indica os valores das alíquotas de IR de acordo com os prazos de aplicação.



Alíquota	Tempo
22,5%	Até 180 dias
20%	De 181 até 360 dias
17,5%	De 361 até 720 dias
15%	Acima de 720 dias

Figura 2. Tabela de Alíquotas de Imposto de Renda para investimentos de renda fixa.

Fonte: Tesouro Nacional (2017).

O IOF somente será pago nos casos de resgates com prazos inferiores a 30 dias, sendo calculado de forma regressiva, em que as alíquotas variam de 96% a 3%. Abaixo a Tabela dos valores das alíquotas de IOF de acordo com o tempo de resgate.

Nº Dias	Alíquota sobre o rendimento	Nº Dias	Alíquota sobre o rendimento
1	96%	16	46%
2	93%	17	43%
3	90%	18	40%
4	86%	19	36%
5	83%	20	33%
6	80%	21	30%
7	76%	22	26%
8	73%	23	23%
9	70%	24	20%
10	66%	25	16%
11	63%	26	13%
12	60%	27	10%
13	56%	28	6%
14	53%	29	3%
15	50%	30	0%

Figura 3: Tabela de Imposto sobre Operações Financeiras.

Fonte: Adaptado de XP Investimentos (2017).

2.2.2. AÇÕES

Nos títulos de renda variável, o tipo mais comum comercializado no mercado de capitais, são as ações. De acordo com Pinheiro (2009, p.198), “ações são títulos de propriedade de uma parte do capital social da empresa que as emitiu, portanto, quem tem ações, pode-se considerar sócio da empresa emissora”. As ações podem ser consideradas a menor parcela do capital social de uma empresa. Existem dois tipos de ações, as ordinárias nominativas, e as preferenciais nominativas. As ordinárias tem como principal característica, o direito ao voto em assembleias, dando direito ao portador desta de participar efetivamente dos resultados econômicos da empresa. Já as ações preferenciais não dão direito ao voto, porém dá ao seu portador prioridade no recebimento de dividendos, ou seja, o portador de ações preferenciais sempre receberá os dividendos antes que os portadores de ações ordinárias, mesmo não participando das decisões da organização.



A forma de pagamento da rentabilidade das ações é através dos dividendos, como citado anteriormente. Pinheiro (2009, p.209) define os dividendos como “valores representativos de parte dos lucros da empresa, que é distribuído aos acionistas, em dinheiro, na proporção da quantidade de ações possuídas”. Portanto, pode-se entender que dividendo é o retorno da aplicação em ações de determinada empresa, acrescida de sua variação de valor.

As ações podem ser negociadas em dois tipos de mercados, sendo conhecidos como mercado primário e mercado secundário. No mercado primário, as ações são negociadas diretamente entre os investidores e as empresas emitentes, através da intermediação das instituições autorizadas pela CVM, enquanto que o mercado secundário, é o local onde os investidores podem transferir entre si as ações adquiridas das companhias, com isso, pode-se dizer que o mercado secundário oferece liquidez aos títulos emitidos no mercado primário (Portal do Investidor, 2017).

Nos investimentos de renda variável, como as ações, os riscos envolvidos são maiores em relação aos investimentos de renda fixa, e um destes riscos que influencia diretamente no retorno, é o risco de oscilações, associado ao risco de mercado, que consiste na grande variação dos índices, principalmente do Ibovespa e da taxa de câmbio, através da influência externa, e isso pode gerar tanto um resultado positivo, quanto um resultado negativo, pois todo investimento está suscetível a perdas, e nos investimentos de renda variável, este risco pode ser maior.

A tributação das ações é feita em investimentos com marco de R\$20.000,00 (vinte mil reais), ou seja, os ganhos líquidos de pessoas físicas em operações no mercado à vista de ações, cujo valor de vendas realizadas em cada mês seja igual ou inferior a vinte mil reais por conjunto de ações, estão isentos do IR. Para vendas mensais acima de vinte mil reais, a alíquota adotada para cálculo do IR é de 15% (quinze por cento). Esta regra somente não é válida nas operações de Day trade (compra e venda da mesma quantidade de ações no mesmo dia). Vale salientar que mesmo com a isenção das operações com valor abaixo de vinte mil reais, toda operação na bolsa de valores é tributada com IR em 0,005% direto na fonte (InfoMoney, 2017).

2.3. IBOVESPA

O Índice Bovespa, é o principal indicador do desempenho médio, calculado em tempo real, “das cotações dos ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro” (BM&FBOVESPA, 2017). De acordo com Pinheiro (2009, p.289), o índice representa, através dos pontos, “o valor de uma carteira teórica de ações, à partir de uma aplicação hipotética, procurando aproximar-se da configuração real das negociações a vista, em lote padrão, na Bolsa de Valores de São Paulo”. Essa carteira teórica é composta por papéis de ações que representam 80% de todo o volume transacionado na bolsa e serve como parâmetro para o mercado nacional e internacional. Portanto, o comportamento do índice está diretamente ligado à negociação destas ações, ou seja, se estas ações que compõe o índice estão em alta, logo, o índice fechará em alta, porém, se estas ações são pouco negociadas, e a soma dos pontos é inferior à soma dos pontos do dia anterior, o índice fechará em baixa. Contudo, há casos excepcionais onde uma determinada ação pode “puxar” o índice para cima ou para baixo.

Segundo Portinho (2009) para fazer parte do Ibovespa, uma ação precisa estar incluída em uma lista de ações cujos índices de negociabilidade somados representem 80% do valor total de negócios na BM&FBovespa. Além disso, também precisa apresentar, em termos de volume, participação superior a 0,1% do volume total negociado e ter sido negociada em mais de 80% do total de pregões do período avaliado.



2.4. TESOIRO DIRETO

Trata-se de um programa do Tesouro Nacional em parceria com a BM&FBovespa para a venda de títulos públicos federais, pela internet, que foi criado em 2002 com vista a popularizar uma opção pouco acessível, até então, entre os pequenos investidores pessoas físicas. Com investimentos a partir de R\$30,00 (trinta reais), o Tesouro Direto se tornou uma opção diferenciada, em relação às alternativas de investimento disponíveis no mercado, por oferecer títulos com diferentes formas de rentabilidade, como por exemplo os títulos de rentabilidade pré-fixada, e os de rentabilidade pós-fixado, ligados à inflação ou à variação da taxa Selic (Tesouro Nacional, 2017).

Para investir no Tesouro Direto, é mais simples que nas ações, e o investidor pode acessá-los pelo site do Tesouro Nacional, pelo site de uma instituição financeira (escolhida à critério do investidor), ou pela própria instituição financeira. Para o investidor que começará do zero, a metodologia é a seguinte (Tesouro Nacional, 2017):

- Possuir uma conta corrente em alguma instituição financeira;
- Escolher um agente de custódia, que pode ser uma corretora ou a própria instituição financeira;
- Solicitar ao agente de custódia o cadastramento no tesouro direto;
- Realizar os procedimentos padrões de segurança, como troca de senhas provisórias e atualização de informações.

Feito isso o investidor já terá acesso à página da BM&FBovespa onde são realizadas as operações de compra e venda, tal como de consulta de saldos e extratos.

Um ponto relevante para os investidores implementado pelo Tesouro Direto foi a recompra diária. “O Tesouro Direto implementou a recompra diária para os títulos públicos [...]. Com essa nova regra, o investidor poderá vender os seus títulos para o Tesouro Nacional todos os dias, sem dor de cabeça, o que significa muito mais conveniência e flexibilidade para você”. Isso se traduz em liquidez diária para os títulos públicos federais (TESOURO DIRETO, 2017).

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Com relação à metodologia aplicada ao artigo, foi utilizada os métodos de pesquisa bibliográfica e documental, com o objetivo exploratório, findando a uma análise qualitativa.

A pesquisa bibliográfica consiste no levantamento de dados e informações outrora já analisados e dispostos em meios de comunicação e canais de aprendizagem como livros, web sites e até mesmo demais trabalhos acadêmicos publicados em anais eletrônicos. Visto que, no presente artigo, alguns conceitos e informações foram embasadas nesses meios de comunicação, caracterizar-se-á pela pesquisa bibliográfica como fonte principal de informações.

De acordo com Gil (2008, p.27), “as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias”, e com base nesse conceito, o trabalho foi desenvolvido, com vista a esclarecer, através de revisões bibliográficas, documentais, e em sites diversos, os riscos presentes em investimentos financeiros e sua ligação com o retorno envolvido.

E por se tratar de uma análise de dados centrada na objetividade, a pesquisa tem fim quantitativo, recorrendo à linguagem matemática, através da utilização de gráficos formados por conjunto de dados estatísticos para descrever as causas de um fenômeno e as relações entre as variáveis.



4. RESULTADO E DISCUSSÃO

Como o estudo aborda o título público federal Tesouro SELIC foi apurada a taxa mensal da SELIC uma vez que tal título tem como referência essa taxa para remunerar o investidor. Foi apurada também a variação mensal do Ibovespa. O período de apuração foi de jan/2014 até dez/2016.

A seguir o gráfico que representa a oscilação mensal dos dois índices:

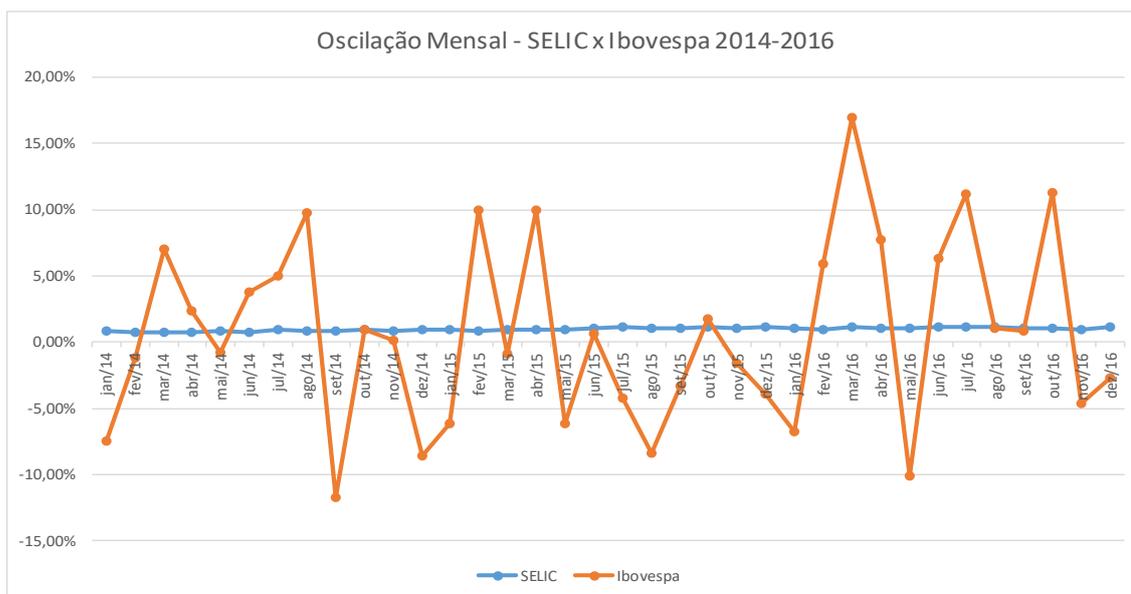


Gráfico 1: Oscilação mensal da taxa Selic x Ibovespa entre 2014 e 2016

Fonte: Elaborado pelo autor baseado nas informações do BCB e BM&F Bovespa

O gráfico 2 demonstra a rentabilidade acumulada dos dois índices no mesmo período:

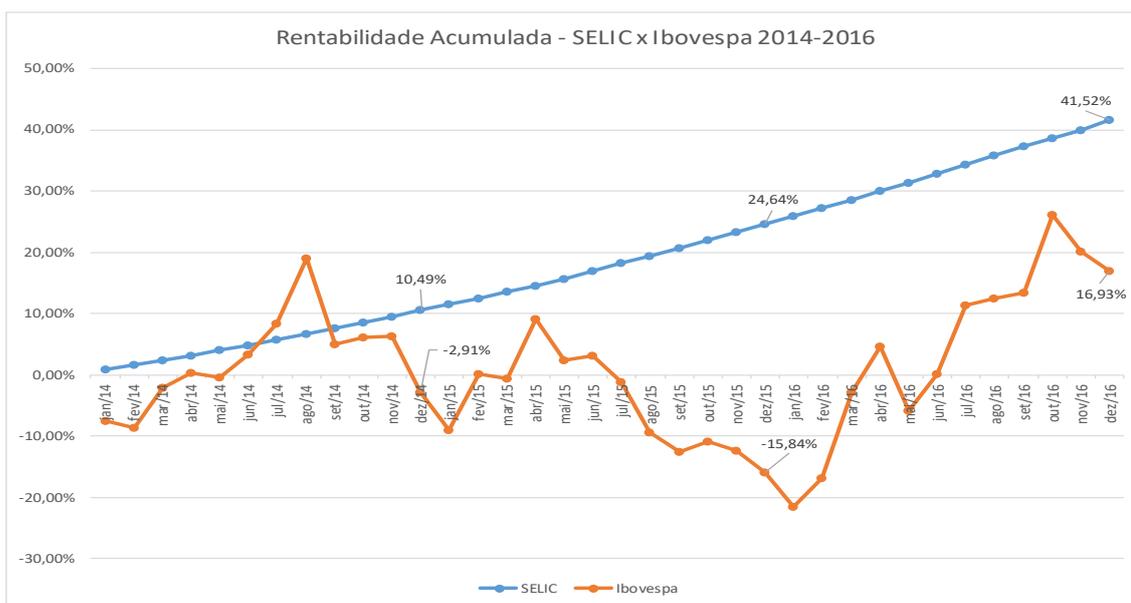


Gráfico 2: Rentabilidade acumulada da taxa Selic x Ibovespa entre 2014 e 2016.

Fonte: Elaborado pelo autor baseado nas informações do BCB e BM&F Bovespa.



Com base nos gráficos acima, busca-se agora responder as questões que cercam a pesquisa.

Quando se trata de riscos, todo investimento está suscetível, porém, uns mais que os outros, considerando haver diversos tipos e com características que se identificam entre si. Na pesquisa foi mostrado que no mercado financeiro, os três principais tipos são o risco de crédito, de mercado e de liquidez.

Ao analisar o gráfico 01 ficou evidente a maior volatilidade do Ibovespa. Tal volatilidade está diretamente ligada ao risco de mercado (oscilação). Além disso, como foi visto no referencial teórico as ações são ativos de renda variável e uma de suas características é poder produzir um resultado final inferior ao valor investido. Se sua rentabilidade for negativa o investidor resgatará menos dinheiro do que tinha no início da aplicação.

Já no investimento Tesouro Selic, o risco de mercado também é presente, uma vez que o valor do título varia de acordo com a taxa SELIC e também com a taxa da Inflação. Ao analisar o gráfico 1 ficou evidente que o rendimento da taxa SELIC possui oscilação (risco de mercado) bem inferior ao Ibovespa. Outro fator que minimiza o risco para o investidor é o fato do Tesouro SELIC ser um título de renda fixa e o investidor sempre resgatará o valor investido acrescido de juros.

Sendo assim, a primeira hipótese foi confirmada uma vez que se acreditava que o investimento em ações possuiria maior risco do que o título público federal estudado.

Ao analisar o gráfico 2 percebe-se que o rendimento acumulado da SELIC foi de 41,52% no período analisado. Nota-se também que a taxa apresentou comportamento crescente. Por outro lado, o Ibovespa apresentou rendimento acumulado de 16,93%. Chama a atenção a oscilação do rendimento no período analisado.

Com base nessas informações a segunda hipótese foi negada. Nela se imaginava que o investimento em ações apresentaria maior retorno do que o título público federal estudado. Importante ressaltar que a rentabilidade do Tesouro Selic foi diretamente influenciada pela taxa SELIC que esteve em alta uma vez que o COPOM (Comitê de Políticas Monetárias) a utilizava para conter a inflação no período estudado.

De acordo com o conteúdo apresentado neste estudo, no mercado acionário, com vistas a oferecer maior liquidez aos investimentos em ações, foi criado o mercado secundário, onde os investidores podem negociar entre si tais títulos sem a necessidade de revender para a empresa. Esse mercado secundário proporciona liquidez diária aos investidores, visto que os títulos podem ser negociados a qualquer momento. Já em relação ao Tesouro SELIC existe a liquidez proporcionada pela recompra diária implementada pelo Tesouro Direto.

Com isso, a terceira hipótese foi negada uma vez que se pensava que o investimento em ações apresentava maior liquidez do que os títulos públicos federais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente artigo teve por objetivo demonstrar os riscos e retornos envolvidos em investimentos, com ênfase no Tesouro Selic e Ibovespa, findando a uma análise quantitativa para apurar os resultados esperados. Foram utilizados métodos de pesquisa bibliográfica e revisão documental.

Ao analisar o resultado da pesquisa foi possível concluir que o título público estudado apresentou menor risco de mercado, maior rentabilidade e a mesma liquidez do que as ações, que no estudo foram representadas pelo Ibovespa.



Outros estudos na área podem ser realizados ou até mesmo o aprofundamento deste mesmo estudo, como por exemplo, uma análise específica do risco de mercado e sua relação direta com o retorno, com ênfase no índice Ibovespa ou uma análise da relação entre políticas econômicas e investimento em títulos públicos.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. Por medo de riscos, brasileiro continua apegado à poupança. 2016. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/por-medo-de-riscos-brasileiro-continua-apegado-a-poupanca/>> Acesso em 04 jun. 2017.

ASSAF NETO, A. Mercado Financeiro. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ATIVA INVESTIMENTOS. Os 3 principais tipos de riscos dos seus investimentos. 2017. Disponível em: <<http://blog.ativainvestimentos.com.br/os-3-principais-tipos-de-riscos-dos-seus-investimentos/>> Acesso em: 08/10/17

AZEVEDO, R. O que muda com a B3, a ex-BM&FBovespa/Cetip. 2017. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mercados/o-que-muda-com-a-b3-a-ex-bmfbovespacetip/>> Acesso em 12 jun. 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. O que são a corretora e a distribuidora de títulos e de valores mobiliários? 2017. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/corretoras_distribuidoras.asp> Acesso em 04 jun. 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resolução 2690, de 28 de janeiro de 2000. 2017. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachment/47428/Res_2690_v4_P.pdf> Acesso em 12 jun. 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Sistema Financeiro Nacional. 2017. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/Pre/bcUniversidade/Palestras/BC%20e%20Universidade%202.6.2006.pdf>> Acesso em 12 jun. 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Taxa Selic, Dados Diários. 2017. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/selic/selicdiarios.asp>> Acesso em 13 jun. 2017.

BANCO DO BRASIL. Cartilha de Fundos de investimento. 2017 Disponível em: <<http://www.bb.com.br/docs/pub/voce/dwn/CartilhaFundos.pdf>> Acesso em 13 jun. 2017

BANCO DO BRASIL. Guia de Renda Fixa. 2017. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/docs/pub/voce/dwn/rendafixa5.pdf>> Acesso em: 13 jun. 2017

BM&FBOVESPA. Como investir em tesouro direto. 2017. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/como-investir/como-investir-em-tesouro-direto/> Acesso em 04 jun. 2017

BM&FBOVESPA. Índice Bovespa (Ibovespa). 2017. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/indices/indices-amplos/indice-bovespa-ibovespa.htm> Acesso em 04 jun. 2017

BM&FBOVESPA. Relação com Investidores. Perfil e Histórico. 2017. Disponível em: <<http://ri.bmfbovespa.com.br/static/ptb/perfil-historico.asp?idioma=ptb>> Acesso em 12 jun. 2017

CALEGARI, L. Brasileiro prefere investir em poupança, e acha que Bolsa é 'para ricos'. 2012. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2012/12/14/brasileiro-prefere-investir-em-poupanca-e-acha-que-bolsa-e-para-ricos.htm>> Acesso em 04 jun. 2017

Gil, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INVESTIDOR DE SUCESSO. Entenda – na prática – as principais diferenças entre renda fixa e variável. 2017. Disponível em: <<http://investidordesucesso.com.br/independencia-financeira/entenda-na-pratica-as-principais-diferencas-entre-renda-fixa-e-variavel/>> Acesso em 08 out. 17

INFOMONEY. Mercado de ações: entenda a cobrança de IR nestes investimentos. 2017. Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/minhas-financas/impostos/noticia/851524/mercado-aco-es-entenda-cobranca-nestes-investimentos>> Acesso em 10 out. 2017

PINHEIRO, J. N. Mercado de capitais: fundamentos e técnicas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.



PORTAL DO INVESTIDOR. Mercado Primário X Mercado Secundário. 2017. Disponível em: <http://www.portaldoinvestidor.gov.br/menu/Menu_Investidor/funcionamento_mercado/mercado_primario.html> Acesso em 13 jun. 2017

PORTAL DO INVESTIDOR. Valores Mobiliários – Introdução. 2017. Disponível em: <http://www.portaldoinvestidor.gov.br/menu/Menu_Investidor/valores_mobiliarios/introducao.html> Acesso em 04 jun. /2017

PORTINHO, P. O mercado de ações em 25 episódios: histórias, estudo e crônicas sobre o mercado de ações. Rio de Janeiro. Elsevier. 2009.

TESOURO NACIONAL. Conheça o tesouro direto. 2017. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/tesouro-direto-conheca-o-tesouro-direto>> Acesso em 04 jun. 2017

TESOURO NACIONAL. Passo a Passo. 2017. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/tesouro-direto-passo-a-passo>> Acesso em 04 jun. 2017